

## **PARTICULARIDADES NA FORMAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO: QUESTÕES PRELIMINARES ACERCA DA FUNDAÇÃO DO PCB**

---

**HEITOR CESAR RIBEIRO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Às vésperas de completar 100 anos o Partido Comunista Brasileiro continua despertando interesse seja por sua própria história, que em muito se confunde com a história do Brasil, das lutas populares e sociais, e pelo simples fato de, dentro da atual realidade política, ser o mais antigo partido brasileiro, seja, também, pela curiosidade despertada por ver esse quase centenário partido com forte presença nas ruas marchando nas manifestações contrárias ao governo Bolsonaro e suas políticas.

Por mais que sua história tenha sido visitada por especialistas de diversas ciências, tais como história, ciência política, sociologia e outras, bem como pela memória de antigos e atuais militantes, são poucos os consensos que se evidenciam ao se pesquisar sobre o Partido Comunista Brasileiro. Podemos, inclusive, afirmar que não apenas a história do PCB que é marcada por divergências e disputas, mas também o próprio estudo sobre sua história.

### **PALAVRAS-CHAVE**

**PCB – História – Brasil - Política**

---

<sup>1</sup>Mestre em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**ABSTRACT**

On the eve of its 100th anniversary, the Brazilian Communist Party continues to arouse interest both for its own history, which is very much intertwined with the history of Brazil, of popular and social struggles, and by the simple fact that, within the current political reality, it is the oldest Brazilian party, and also by the curiosity aroused by seeing this almost century-old party with a strong presence in the streets marching in demonstrations against the Bolsonaro government and its policies.

No matter how much its history has been visited by specialists from various sciences, such as history, political science, sociology and others, as well as by the memory of former and current militants, there is little consensus that is evident when researching the Brazilian Communist Party. We can even affirm that not only the history of the PCB is marked by divergences and disputes, but also the study of its history itself.

**KEY WORDS**

PCB – Brazil – History – Political

O PCB é um partido vinculado, enquanto organização e política (entendendo a política na dimensão teórica – analítica e tático-estratégico) aos Partidos Comunistas, estruturas que marcam a reorganização do movimento internacional dos trabalhadores a partir da vitória da revolução soviética de 1917. Vindo a ser, enquanto organizações que contestassem a chamada ordem vigente, o tipo de estrutura hegemônico ao longo do século XX.

Sobre a fundação no Brasil de um estrutura político partidária vinculada a essa matriz diversos estudos de diversos especialistas e ciências se debruçaram, e, em muitos casos, defendendo de forma assertiva elementos como “causa, efeito, influências e determinantes”. Chega-se inclusive a alguns lugares comuns, tais como evidenciar que o PCB, ao contrário de muitos Partidos Comunistas, surgiu da divisão de anarquistas e não dos sociais democratas, como afirma Michel Zaidan, na apresentação do livro *Construindo o PCB – 1922/ 1924* de Astrojildo Pereira.

Nesse artigo busco, a partir do diálogo entre a chamada nova história política, bem sintetizada por Rená Remond em seu “Por uma história política” com

uma história vinculada a tradição do materialismo histórico, entendido a partir das considerações de historiadores como Hobsbawm e Perry Anderson, apontar elementos mais amplos inseridos nesse rico e denso processo de formação do PCB.

## I. BREVES CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS AO MÉTODO DE ESTUDO SOBRE

Na perspectiva desenvolvida por René Remond sobre a chamada renovação da história política incorporo um conjunto de novas abordagens no estudo da esfera política, em que se questiona o modelo de “História dos Vencedores” ou da “História Oficial”, como era característico desta abordagem de pesquisa. Remond apresenta a possibilidades de se trabalhar na história política para além das perspectivas tidas como tradicionais que buscava na historia somente a ação oficial, do Rei, do Soberano, do Líder e da Nação. Rémond evidencia que a história política deveria deixa de se feita apenas como uma manifestação da história factual, incorporando elementos da sociedade e suas manifestações. Para Rémond, os historiadores compreendem cada vez mais uma diversidade de fatores culturais, econômicos, sociais e políticos que se influenciam, mútua e desigualmente, segundo as conjunturas e, ao mesmo tempo, guardam sua individualidade, sua dialéticas próprios.

Outra característica criticada por Remond sobre a história política que precisava ser superada era o predomínio dado ao momento de síntese, ou seja, o momento onde os processos políticos se confluíam num resultado, exemplificando com isso, o estudo de uma revolução como o ato revolucionário, o estudo de uma personalidade por seus momentos “chaves”, de um partido por seus embates e definições, não levando em consideração, pelo menos não com o devido espaço, os momentos de contradições em desenvolvimento, para além dos momentos mais dramáticos, onde as alternativas se chocam, perdendo com isso o rico processo.

“No antigo regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não des-

tronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a Nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre ideologias políticas”<sup>2</sup>.

Na outra ponta do diálogo proposto, o historiador britânico, Eric Hobsbawm, ao se referir à “história dos de baixo”, formula um conjunto de argumentos que, facilmente, poderia ser alocado junto a essa renovação no entendimento da história política.

“(…) gostaria de indagar por que a história dos movimentos populares é uma moda tão recente – ou seja, por que a maioria da história escrita por cronistas contemporâneos e estudiosos subsequentes desde o início da escrita até, digamos, o fim do século XIX, nos diz tão pouco sobre a grande maioria dos habitantes dos países ou Estados que ela estava registrando, por que a pergunta de Brecht “Quem construiu a Tebas dos Sete Portões” é típica do século XX? K(onde as camadas populares entrariam na sua história?)A resposta nos leva tanto para a natureza da política – que até recentemente era tema característico da história – quanto para as motivações dos historiadores.”<sup>3</sup>.

Hobsbawm acrescenta que as inovações no fazer história como a “história dos de baixo” não surgem apenas por uma luz de brilhantismo de pesquisadores. Partindo de uma análise embasada pelo materialismo histórico, Hobsbawm aponta que as transformações operadas na esfera política institucional e também na sociedade, como um todo, geraram não apenas novas formas de se estudar a história como novas condições de se fazer história, com ampliação da manifestação da sociedade e de suas organizações. Assim, na história escrita até início do século XX, o papel das classes subalternizadas eram constantemente ignorados pelos escritores e historiadores que, em raras exceções, faziam menções a estes

<sup>2</sup>REMOND, R. *Por Uma História Política 2ª edição*. RJ, FGV, 2003. p.15

<sup>3</sup>HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. SP, Companhia das Letras, 1997.p. 216

como atores políticos e históricos, em regra geral, a história era a história das grandes lideranças, dos atores políticos tradicionais.

Hobsbawm afirma que o conjunto de transformações no fazer política e a inserção de novos atores (como movimentos de massas, partidos, sindicatos, movimentos associativos) possibilitou destacar cada vez mais o papel dos mesmos. Ainda que esses atores sociais não possuíssem instrumentos de manifestações em níveis mais complexos de organização, já tinham uma história, porém sem grandes possibilidades de expressão diante da história contada pelas classes dominantes, que, em regra geral, são as classes detentora dos meios materiais para reproduzir suas ideias.

Para Hobsbawm a possibilidade de uma perspectiva ampliada da esfera política para além dos grandes feitos, dos grandes estadistas, dos Estados e Nações, que abracasse as classes subalternizadas e suas movimentações políticas só foi permitida pela influência do marxismo na historiografia, tanto nos aspectos da teoria da história, ao trazer a perspectiva materialista histórica ao estudo do processo histórico em suas contradições em desenvolvimento, quanto na perspectiva do advento de um movimento popular, social, sindical, partidário de massas que trouxesse para a cena política a classe trabalhadora, setores que pela primeira vez se organizavam para além de respostas imediatas, se organizando agora de forma mais complexa, potencializando sua intervenção na sociedade.

Assim, como a antiga abordagem da história política buscava, de forma insuficiente, explicar o tudo a partir do político, o desenvolvimento histórico ao longo do século XX, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, evidenciou ainda mais os limites e insuficiências dessa antiga abordagem da história política e mesmo a social, com explicações unilaterais. Eventos como guerras, crises econômicas, intervencionismo do Estado na economia, na vida pública, a ebulição de novos agentes políticos, tais como o movimento de mulheres, de direitos civis, mesclando múltiplas influências, desde as condições de classes em si e para si, até o agrupamento de grupos de interesses, criaram estratificações ainda não concebidas que demandavam uma renovação no arcabouço teórico para ser compreendida e estudada.

No século XX tivemos também uma ampliação não apenas do entendimento sobre história política, como também uma ampliação nas atividades políticas por parte do conjunto da população. Essa ampliação de participação na política não se deu somente através de mecanismos formais na relação dos Estados democráticos ocidentais, como nas eleições e referendos, mas também em diversos

círculos sociais que passaram a ampliar suas esferas ao plano político. Dessa maneira, são incluídos os movimentos de reivindicação de classes, como partidos, sindicatos e entidades representativas.

Nesta questão, temos outro ponto de convergência entre ingleses e franceses. Tanto para Hobsbawm quanto para Rémond, a ampliação do Estado e dos movimentos sociais possibilitou um maior enriquecimento de temas na história política. Sobre o exemplo francês, segundo Rémond, “na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob pressão externa e em função de uma reflexão crítica”<sup>4</sup>.

A obra organizada por René Remond procura justamente demonstrar essa amplitude no estudo e na pesquisa da história política. Em todos os ramos da vida em que se ampliou nas fronteiras do político, na vida e no cotidiano de todos nós, no estudo e na pesquisa sobre os partidos políticos até em outras formas de associações políticas, eleições, consultas e referendos, passando pela influência na política da opinião pública e de estudos acadêmicos.

Por Instituições não mais apenas o Estado, mas dentro da sociedade civil, um conjunto de instituições, que se organizam tanto como forma complementar, correlacionada, ou até mesmo como forma de disputa e até substituição das instituições formais, tais como os já mencionados exemplos de partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Ao estudar uma organização partidária, deve se levar em consideração os múltiplos fatores que influenciam e condicionam o funcionamento, as divergências e disputas dessa organização, tanto em sua ação para a sociedade, como em sua construção interna.

A partir desse conjunto de acúmulos que buscarei nesse artigo, identificar elementos para potencializar um melhor debate sobre a origem desse quase centenário e importante operador político brasileiro, o PCB.

## **II. INTRODUÇÃO**

Quando se fala na fundação do PCB costuma-se evidenciar alguns elementos como condicionantes e, até mesmo como determinantes.

---

<sup>4</sup>REMOND, R. *Por Uma História Política 2ª edição*. RJ, FGV, 2003. p. 25.

Dentre esses elementos os que mais se apresentam são decorrente da Revolução soviética na Rússia e o esgotamento, por aqui, das teses do movimento anarquista, até então, hegemônico entre os trabalhadores brasileiros. Contudo, o processo em si foi muito mais complexo, repleto de contradições advindas do próprio processo de desenvolvimento social e econômico brasileiro, o que evidencia aspectos muitos singulares, em comparação com a fundação de outros partidos comunistas do mundo e até mesmo da América do Sul.

Esse artigo não pretende esgotar o tema, mas buscarei abordar, de forma superficial, com todos os riscos que tal ação desencadeia, elementos que se cruzam e que, em preliminares conclusões, possibilitam um quadro mais amplo sobre a formação desse importante operador político, teórico e analítico brasileiro e colaborando, dessa forma, com a necessária história do movimento da classe trabalhadora brasileira e suas organizações.

### III. ANTECEDENTES

Falar do PCB é falar das ideias comunistas e marxistas, contudo, ao contrário da Europa onde, principalmente a partir da II Internacional, a Internacional Socialista, as ideias e teorias de Marx e Engels ganharam contornos de programa teórico oficial dos socialistas e sociais democratas, aqui no Brasil na quarta parte final do Século XIX não tínhamos, nem em caráter embrionário, uma organização onde o marxismo pudesse se escorar ou até mesmo inspirar.

Pelo contrário, segundo Raimundo Magalhães Júnior, citado por Evaristo de Moraes Filho na obra “História do Marxismo no Brasil Volume I” coube Joaquim Serra, abolicionista do Partido Liberal no Parlamento citar no órgão oficial do Partido pela primeira vez o nome, textualmente falando, de Marx em 1872<sup>5</sup> descrevendo Marx em sua polêmica com anarquistas durante a Comuna de Paris. Ainda, segundo Evaristo de Moraes Filho, no mesmo ano Marx voltaria a ser citado num jornal republicano de Recife, onde sua “doutrina” seria descrita.

Contudo, segundo o próprio Evaristo Moraes Filho, tais citações eram confusas e imprecisas, e, muitas vezes, mais desinformavam do que colaboravam. Durante os anos seguintes o nome de Marx voltaria a aparecer, ora com citações

<sup>5</sup>MORAES. João Martin e Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). História do Marxismo no Brasil. V: I – O Impacto das Revoluções. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003. p. 23

mais rigorosas, ora de maneira mais superficial, mas, o fundamental é que por aqui o nome de Marx, pelo menos, começava a ser pronunciado em espaços onde a preocupação focava centralmente nas condições de vida dos trabalhadores e em questões como a miséria, o trabalho e o capital.

O Brasil passava por transformações, mesmo que não na intensidade e densidade que eram esperadas por revoltosos, críticos a monarquia, abolicionistas ou demais reformadores.

Havia uma intensificação das relações capitalistas no Brasil que advinham desde o período colonial, porem ganhando mais fôlego no período do fim do século XIX e início do século XX:

“Enquanto, no período de 1850 – 74, fundaram-se em todo o país cerca de 140 estabelecimentos industriais, nos vinte e quatro anos seguintes inauguraram-se 461 empresas. Na sua maioria, concentram-se nos municípios da Corte, em São Paulo, Minas gerais e Rio de Janeiro, tendo aparecido principalmente na década de oitenta”<sup>6</sup>

A decadência do regime oligárquico, sustentáculo da Monarquia, a abolição da escravidão, o advento da República, todos elementos interligados pelo intensificação no Brasil de novas relações de produções e um impulso de industrialização, que por sua vez redirecionava as cidades um grande contingente de pessoas, muitos estrangeiros, que traziam de seus países (na maioria Espanha e Itália) ideias anarquistas e socialistas.

Tais mudanças (Abolição, República) mesmo que negociadas, e realizadas pelas mesmas elites que ostentavam a escravidão e a monarquia, surgiam num ambiente de ebulição social, agitações e mobilizações, e até mesmo pelo seu caráter de mudanças dirigidas como forma de evitar uma maior aproximação do processo decisório das classes subalternas.

O próprio processo de proclamação da república possibilitava novas formas de se fazer política e de ampliação de participação popular na política como um todo. Ângela Castro Gomes, em seu “A Invenção do Trabalhismo” aborda que ainda nos primeiros anos da república novos jornais buscavam se direcionar

---

<sup>6</sup>Dados citados do Recenseamento do Brasil, 1920, Vol. V, Indústria, Rio de Janeiro, 1927, p. 246 por COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala a Colônia*. São Paulo. DIFEL, 1966, p. 428.

para esse setor mais popular, buscando, inclusive, a vir a ser um organizador social.

“Em janeiro de 1890 surgia, na capital da República, o primeiro jornal que pode ser considerado um instrumento de organização operária no Brasil, com um programa de assumida inspiração socialista. Sugestivamente, chamava-se “A Voz do Povo”. Embora suas ideias tivessem antecedentes em publicações do período imperial, após a Proclamação era a primeira vez que a “palavra” estava sendo usada para orientação e a organização do povo, identificado como a população trabalhadora.”<sup>7</sup>

O processo de desenvolvimento social brasileiro, principalmente nas maiores cidades, com destaque na capital Rio de Janeiro, em São Paulo, e nas áreas no entorno de portos, possibilitava um novo cenário político que, sofreria e seria impactado pela formação elitista e excludente da institucionalidade da nascente República. Esse novos atores, estartados pelas mudanças em processo, encontrariam uma forte resistência contra suas vozes. Novamente, o modelo de transições e transformações operadas no país criaria barreiras a participação popular e da nova classe trabalhadora. A classe trabalhadora seria uma especie de órfãos da república que nunca veio para eles.

“As mudanças eram realizadas mediante acordo entre grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria en-sejar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparatos buro-cráticos de dominação direta). Quando necessário, produzia-se a entre nós uma ‘modernização conservadora’. Esse caminho foi chamado por Lênin de ‘caminho prussiano’ (ou via prussiana, como se prefere dizer agora)”<sup>8</sup>

<sup>7</sup>GOMES, Angela Castro. . A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005. p.38

<sup>8</sup>KONDER, Leandro, *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980. p.: 18.

Todo esse processo “conduzido por cima” cada vez mais excludente da participação de grande parte da população contribuía para criar uma concepção cada vez mais alienada da população em relação à política e a participação das camadas populares no processo decisório. A se somar um sistema econômico que buscava favorecer cada vez mais as mesmas elites sempre favorecidas.

Além desse quadro hostil a uma atuação política mais sistemática, ganhava força junto a classe trabalhadora as ideias anarquistas, que hegemonizariam o movimento dos trabalhadores no Brasil nas primeiras duas décadas do século XX.

O quadro que se desenhava somava à situação dos trabalhadores as difíceis condições econômicas e sociais do início do século, um cenário político extremamente excludente a amplos setores da população, a carestia de produtos essenciais à vida dos trabalhadores e um acúmulo de lutas de caráter economicistas, ou seja, por melhores salários e condições de trabalho. As grandes greves da década de 1910 seriam o ponto culminante dessa complexa, porém limitada equação, que esbarrava nos limites organizativos do movimento hegemonizado pelas teses anarquistas, que, por sua vez, não surtiem os efeitos esperados pelos trabalhadores, que somente viam o endurecimento da repressão.

Toda essa evolução de acontecimentos e fatores exerceria forte influência na subjetividade da classe trabalhadora. Novas demandas, organizativas e políticas, que não se sentiam mais contempladas nas teses Anarquistas desaguariam em outro rio.

#### **IV. A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA**

Sobre a revolução soviética, é preciso pontuar que a vitória dos trabalhadores Russos tendo a frente os Bolcheviques não apenas quebrava a corrente internacional do capitalismo como também criava condições de um denso processo de reorganização do movimento internacional dos trabalhadores, agora enquanto movimento comunista internacional.

A forma organizativa dominante no movimento internacional dos trabalhadores, com ênfase na Europa, que tinha na II Internacional, a Internacional Socialista, seu ponto referencial, estava questionado na prática, sendo posto em superação pela vitória dos Bolcheviques que, agora, reorganizariam o movimen-

to enquanto Movimento Comunista, com uma nova Internacional, novos partidos e uma nova prática política e organizativa.

A crítica deferida pelos Bolcheviques a II Internacional evidenciava que aquela estrutura que possibilitou a organização dos trabalhadores na Europa para o momento de ascensão da luta de massas, com sindicatos e partidos surgindo por todo continente, não conseguiria organizar os trabalhadores para a nova fase da luta política internacional. Para Vladimir Lenin, principal liderança dos Bolchevique, a II Internacional estava falida enquanto Estado Maior dos trabalhadores. E, para Lenin, esse processo se evidenciou ainda mais com a explosão da Grande Guerra.

“A Falência da II Internacional exprimiu-se com especial clareza na traição escandalosa, pela maioria dos partidos social-democratas oficiais da Europa, de suas convicções e de suas resoluções (...). Mas essa falência, que marca a vitória total do oportunismo, além da transformação dos partidos social-democratas em partidos operários nacional liberais, não é senão o resultado de toda a época histórica da II Internacional, do final do Século XIX ao começo do Século XX. As condições objetivas dessa época de transição – que vai do encerramento das revoluções burguesas e nacionais na Europa Ocidental ao principio das revoluções socialistas – engendraram e alimentaram o oportunismo. Em certos países da Europa, pudemos observar, no decorrer desse período, uma cisão do movimento operário e socialista, cisão que se produziu, no seu conjunto, em função do repudio a linha oportunista (...). A crise gerada pela guerra ergueu o véu, varreu as convenções, rebentou o abscesso já de há muito maduro e mostrou o oportunismo no seu verdadeiro papel de aliado da burguesia”<sup>9</sup>

O sucesso da Revolução Soviética na Rússia, tendo a frente os Bolcheviques fortaleceu o argumento de Lenin com a força da prática. Agora, o movimento dos trabalhadores ganharia um novo centro político, não mais num partido, mas num Estado, o “país dos soviets”.

<sup>9</sup>LENIN, Vladimir I. *A Falência da II Internacional*. São Paulo. Kairós, 1979, p.70

Diferentemente da II internacional, que agregava partidos numa espécie de federação, onde somente eixos gerais eram construídos de forma comum, deixando um grande espaço de autonomia para os Partidos filiados, Partidos Socialistas e Partidos Sociais Democratas, a III Internacional se organizaria como um centro político de atribuições ampliadas, centralizando não apenas eixos comuns, mas linhas gerais da luta dos trabalhadores em diversos países, que agora se organizariam como Partidos Comunistas.

Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB assim descreveu esse processo:

“Os partidos socialistas se fracionaram nitidamente, em cisões completas e absolutas: as esquerdas ingressando na Internacional de Moscou e as direitas permanecendo onde estavam, a montar guarda ao cadáver da II Internacional. As organizações sindicais igualmente se cindiram, senão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela ditadura do proletariado e as direitas contra, aquelas constituindo-se em Internacional Sindical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdam. (Deixo de parte aqui, por secundário, o dualismo existente, nas esquerdas sindicais, em torno de critério “político” e “a-político” do movimento). Igualmente as agrupações anarquistas se fracionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou.<sup>10</sup>

Muitos desses partidos surgidos de cisões no interior dos velhos partidos sociais democratas e socialistas. Contudo, não cabe a esse artigo aprofundar esse debate, me atentarei como esse processo repercutiria aqui no Brasil, onde, não tínhamos partidos com características da II Internacional. O movimento comunista pela primeira vez de forma planejada ganhava terreno não mais somente na Europa, mas agora, internacional, países onde a influência da II Internacional não havia chegado, ou então chegara de maneira débil, organizavam agora seus partidos comunistas.

<sup>10</sup>PEREIRA, Astrojildo. Construindo o PCB (1922-1924). São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.p.22

## V. E SURGE O PCB.

No Brasil não houve cisões ou rachas no interior da social democracia ou de um movimento socialista, mas, um desdobramento a partir de um esgotamento / superação do movimento anarquista, que havia conseguido atingir seu auge no final da década anterior, e, havia encontrado seu limite político e histórico. E é nesse cenário que surge o PCB.

Astrojildo Pereira descreve a singularidade do processo brasileiro de reorganização do movimento dos trabalhadores.

“Ora, pois que o fenômeno, por sua mesma natureza, é fundamentalmente um fenômeno internacional, não podia o Brasil escapar à crise e seus efeitos. O meio brasileiro é, porem, um meio singular. Nunca houve aqui partidos ou correntes sistêmicas propriamente socialistas. Todo o movimento proletário revolucionário no Brasil tem sofrido só a influência quase exclusiva dos anarquistas. Assim, entre nós, a crise tem sido e é uma crise de anarquismo. Esta crise, latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfechológico, com a constituição do Partido Comunista composto, em sua quase totalidade, de elementos de formação anarquista.”<sup>11</sup>

O Partido Comunista Brasileiro, fundado no lastro da Revolução de Outubro, não possuía somente na mudança da correlação de forças no Movimento Comunista Internacional como condicionante de sua formação, bem como também não era um simples desdobramento do esgotamento do movimento anarquista brasileiro em relação a um crescente movimento operário. Mas sim produto de um ambiente muito mais complexo do que uma simples causa e efeito, onde muito mais elementos se intercalaram e se relacionaram.

Leôncio Basbaum em sua coleção “História Sincera da Republica de 1889 a 1930” assim apresenta o contexto de fundação do PCB:

---

<sup>11</sup>PEREIRA, Astrojildo. Construindo o PCB (1922-1924). São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.p.22

“A Fundação do PCB, em março de 1922, esse ano tão rico de conteúdo para a história de nosso país, (...) Esse fato aparentemente sem repercussão, ausente do noticiário da imprensa e que passou despercebido na época, fora do ambiente operário, antes de tudo mostrava que o proletariado brasileiro começava a destacar-se, como classe definida, do conjunto social do país, atingindo a um nível de maturidade que iria enriquecer de conteúdo, dentro de poucos anos, as lutas econômicas e políticas de todo o povo”<sup>12</sup>

Pela primeira vez na história do Brasil as classes subalternizadas surgiam no cenário político<sup>13</sup>. Trata-se de uma negação prática das teses do movimento anarquista no seio do movimento operário brasileiro, dominante em todo o período anterior a fundação do PCB. Teses que negavam uma participação política mais efetiva e mais organizada.

As transformações econômicas, políticas e culturais que o Brasil da Primeira República sofria, influenciaram não apenas o surgimento do PCB, como também a forma com o qual ele se organizaria e se desenvolveria nos anos iniciais.

Somava-se ainda a evolução dos acontecimentos da velha Rússia czarista com a Revolução Bolchevique de 1917, com notícias confusas e contraditórias que circulavam no meio operariado sobre a natureza e o modelo da revolução, assim como de seus líderes como demonstra Leôncio Basbaum:

“Estranhas notícias começavam a chegar (...): o Czar na época símbolo da tirania, havia sido deposto e, depois dele, Kerensky. Em seu lugar um novo nome, um tal de Lenine, à testa dos Maximalistas (como então se traduzia a palavra bolchevique) havia assumido o poder em nome do proletariado.

(...) A Revolução Russa pareceu aos operários brasileiros e a seus líderes, um movimento espontâneo da classe operária e, para muitos deles, uma revolução de fundo libertário, anarquis-

<sup>12</sup>BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930 – Volume 2*. São Paulo, Alfa – Omega, 1975. p.204

<sup>13</sup>Ver em: MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada, a Política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.

ta. Não obstante a confusão e as calúnias espalhadas no mundo inteiro pelas agências de telegrafia das potências imperialistas, cujas tropas em 1921 ainda ocupavam parte do território russo, não conseguiram enganar os líderes mais esclarecidos do movimento operário.”<sup>14</sup>

Abriam-se novas perspectivas ao movimento operário brasileiro e, novas demandas careciam de um novo modelo de organização. Após um período de autocríticas e análises o movimento operário brasileiro começava a demonstrar uma guinada organizativa. Foi criado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que depois passou a ser um dos principais articuladores do Congresso de Fundação do PCB; a União Maximalista no Rio Grande do Sul, que já funcionava desde o fim da década de 1910; e outros grupos menores de comunistas espalhados pelo Brasil.

Em 1922 reunindo delegados representando grupos de comunistas do Distrito Federal, RJ, SP, RS, PE (Manuel Cendón, Astrojildo Pereira, Abílio de Nequete, Cristiano Cordeiro, Hermogêneo Silva, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, Jose Elias da Silva, Luis Peres) com o objetivo de discutir as 21 condições para o ingresso na Internacional Comunista, ocorreu nas datas 25 a 27 de Março no Rio de Janeiro e Niterói o Congresso de Fundação do PCB, Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista). O PCB não viria de divisões no interior da Social democracia como se estabelecia nos surgimentos dos vários PCs, mas como uma divisão no seio do Movimento Anarquista.<sup>15</sup>

Cerca de pouco mais de dois meses de sua organização o PCB é posto na ilegalidade em consequência ao Estado de Sítio decretado pela Presidente da República Washington Luís devido a turbulências políticas, era o início também do movimento tenentista com o Levante do Forte de Copacabana, evento que também ficou conhecido na história como os 18 do Forte.

A primeira jornada de ilegalidade do PCB, característica que o marcaria profundamente durante toda sua história lhe dando um estranho título – Campeão da Ilegalidade, chegaria ao fim somente em 1927 com o esgotamento da lei de Estado de Sítio, o que daria alguns meses de legalidade para o PCB possibili-

<sup>14</sup>BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da Republica de 1889 a 1930 – Volume 2*. São Paulo, Alfa – Omega, 1975. p. 211

<sup>15</sup>Ver em: VINHAS, Moises. *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo, HUCITEC, 1982.

tando inclusive a publicação de um diário “A NAÇÃO”. Porém, novamente, com a Lei Celerada, o PCB volta a ilegalidade, que desta vez duraria 18 anos.

Mesmo com estas descontinuadas visitas a legalidade, o PCB conseguiu em seus anos iniciais dar alguns saltos organizativos e políticos, já em 1924 é aceito na Internacional Comunista, Komintern em 1926 realiza seu II Congresso, em 1927 cria sua Juventude Comunista:

“Em seus primeiros nove anos de existência o PCB realizou três Congressos Nacionais, elaborou seus estatutos, filiou-se a Internacional Comunista, Manteve os Primeiros Contatos com Luís Carlos Prestes no exterior, desenvolveu uma sistemática ação sindical e política, que não se limitava a agitar as reivindicações dos trabalhadores, mas exigia a sua legislação. Organizou e dirigiu varias entidades. Publicou a revista Movimento Comunista, que defendia as ideias marxistas e travava feroz batalha ideológica e política com anarquistas e socialistas...”<sup>16</sup>

A relação inicial com a Internacional Comunista não se desenvolveu em plena harmonia política, ocorrendo inclusive um desgaste entre o jovem PCB e a Internacional, no caso Canelas, representante do PCB no IV Congresso do Komintern em Moscou, onde Canelas se envolveu em discussões com membros destacados do MCI, como Trotsky, ocasionando a não aceitação de imediato do PCB na Internacional, só ocorrendo em 1924, ano da criação do Bureau Latino Americano do Komintern.<sup>17</sup>

O PCB buscando se enquadrar nas linhas traçadas pelo Komintern procura estabelecer no Brasil uma serie de orientações da Internacional, dentre elas organizar sua Juventude Comunista:

<sup>16</sup>VINHAS, Moises. *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo, HUCITEC, 1982. p. 17

<sup>17</sup>Ver em: PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1980.

“O PCB, que desde seu início, buscava se enquadrar nas linhas do Komintern procura desenvolver no Brasil a orientação de organizar sua Juventude Comunista, orientação esta que já percorria os PCs desde o II congresso do Komintern em 1920, que na ocasião havia também organizado o I Congresso da Internacional da Juventude Comunista, e em uma reunião do Comitê Central no ano de 1924 o PCB já havia encaminhado a organização da Juventude Comunista, porem encaminhamento este que encontrou dificuldades em ser aplicado. Porém, apesar das adversidades, no II Congresso do PCB em 1925 resolveu que a Juventude Comunista que até então havia atraído poucos novos membros desde sua aprovação, deveria receber uma maior atenção por parte dos membros da direção nacional do PCB. Após substituição decorrente de problemas de cunho pessoal, e passada a tarefa de organizar a Juventude ao jovem estudante Leônicio Basbaum, que em Recife organiza uma forte base da JC(...) No dia 1º de Agosto de 1927 é Fundada de Maneira Oficial a Juventude Comunista. Sua primeira direção é composta por Leônicio Basbaum, Jaime Ferreira, Elisio, Altamiro, Brasilino, Pedro Magalhães e Arlindo Pinho. Logo após a fundação, a JC pede ingresso na Internacional da Juventude Comunista, onde não só é aceita como convidada a mandar delegado ao seu V Congresso em Setembro de 1928.”<sup>18</sup>

Ainda em 1926 o PCB funda o Bloco Operário, que posteriormente agregaria ao nome a expressão camponês, tornando-se o Bloco Operário Camponês – BOC, uma estrutura eleitoral, produto da criatividade e originalidade dos comunistas brasileiros para burlar sua ilegalidade e participar das eleições, aglutinando amplos setores operários, comunistas e também não comunistas. O BOC estrearia no processo eleitoral no ano seguinte, em 1927. Tal estrutura possibilitaria ao PCB eleger em 1928, mesmo num sistema eleitoral extremamente comprometido com as estruturas oligárquicas, dois intendentess (vereadores) no Distrito Federal, Octávio Brandão e, depois de um complexo processo, Miner-

---

<sup>18</sup>União da Juventude Comunista (Documento). *Resolução Política Congresso Nacional de Reorganização da UJC Junho de 2006 Belo Horizonte*. Rio de Janeiro. FDR, 2007. p. 5.

vino de Oliveira, fazendo com que pela primeira vez um operário fosse eleito no Brasil.

No movimento Sindical, já em 1928, fundava-se sob forte influência comunista a Federação Sindical do Rio de Janeiro, em 1929, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) além de várias outras entidades sindicais por categorias criadas pelos operários comunistas. O PCB estava sob as resoluções de seu II Congresso onde o movimento Sindical era caracterizado dividido em três tendências, a Anarquista, a Reformista e a Comunista, e apontava a necessidade dos comunistas disputarem o movimento sindical sem leiloar a unidade sindical, vista pelo PCB como de extrema necessidade.<sup>19</sup>

O PCB começava, mesmo que de maneira ainda tímida a exercer influência na classe operaria. Ganhava visibilidade em eventos como as manifestações do 1º de Maio. Esta, a cada ano ganhava mais força, a ponto de as manifestações de 1º de Maio de 1929 terem sido alvo de uma forte reação policial que dispersou a tiros as manifestações e fechou vários sindicatos.

Mesmo que ainda sem grande grau de intervenção na sociedade e nos movimentos sociais, o PCB começava a participar de maneira mais efetiva na vida política do Brasil, Nelson Werneck Sodré assim relata as atividades praticas de intervenção do PCB a partir de seu II Congresso:

“Foi também importante o fato de não ter o Partido reduzido sua atividade prática, as decisões do Congresso foram traduzidas em forma de ação, norteando o trabalho junto às massas. Até o fim de 1925, o Partido distribuiu entre os trabalhadores 255.000 exemplares de diferentes matérias políticas; abriu curso de teoria Marxista; organizou 30 semanas de estudos partidários, (...) para 1440 alunos(...)”<sup>20</sup>

O II Congresso do PCB que norteará a vida política do PCB nos anos de 1925 a 1928 havia iniciado uma tentativa de compreensão de táticas e estratégias para sua intervenção política na realidade brasileira inclusive a discussão acerca do caráter da revolução brasileira. O Congresso Identificava no Brasil um confronto entre as elites, onde uma burguesia em ascensão lutava contra as “forças

<sup>19</sup> SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984. p.60

<sup>20</sup> Idem. p. 61

da classe latifundiária” que pretendia manter no Brasil um conjunto de relações pré-capitalista. Além disso, o PCB começava a discutir o Movimento Tenentista<sup>21</sup>, até então assunto delicado dentro do PCB, já que este era caracterizado em seus documentos até então como um movimento pequeno burguês. O Partido começava esboçar uma retirada do isolamento com o qual havia se submetido nos anos iniciais.

Assim, em 1928 o PCB se consolidava como Partido<sup>22</sup>, mesmo em caráter ilegal, possuía uma organização com vida diária, participando do movimento sindical, onde buscava conseguir superar o divisionismo do movimento, trabalhando com a bandeira da unidade sindical; inseria-se também na juventude através de sua Juventude Comunista<sup>23</sup> com atuação no nascente Movimento Estudantil e com uma forte atuação no meio dos jovens trabalhadores; O Bloco Operário Camponês, BOC, que havia conseguido, parcialmente, furar o bloqueio eleitoral brasileiro garantido a eleição de dois membros do PCB avançava em meio a classe trabalhadora como uma alternativa de representação; o partido também possuía uma imprensa, mesmo que ainda não possuísse um alto grau de periodicidade, mantinha uma certa regularidade.

Ainda em 1927 o PCB havia procurado na Bolívia Luiz Carlos Prestes, estabelecendo contato com o conhecido líder da “Invencível Coluna” o que marcaria uma aproximação com elementos até então dispersos da “Coluna”

O Período que se seguiu foi marcado por intensas crises internas no PCB. A participação do PCB no Bloco Operário Camponês, nas eleições e na construção deste como uma frente de massas com atuação legal; a aproximação com elementos da Coluna Prestes e com o próprio Prestes através do Secretário Geral do PCB na ocasião, Astrojildo Pereira; a política de unidade sindical, todos esses fatores ainda envolvidos pela debilidade teórica do PCB bem como também por sua penetração ainda tímida no meio operário como um todo, fermentaram fortes discussões e até algumas cisões no interior do Partido.

Com a “Lei Celerada” que pôs fim a um curto período de legalidade do PCB em 1927, o partido passa a fortalecer a estrutura do Bloco Operário Camponês a ponto desta estrutura de massas pouco a pouco assumir aspectos que

<sup>21</sup>SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984. p.63

<sup>22</sup>SEGATTO, J. A. *Breve Histórico do PCB*. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1981. p.30

<sup>23</sup>Ao longo dos anos, a juventude comunista do Brasil recebeu inúmeros nomes, como Juventude Comunista (JC), Federação da Juventude Comunista (FJC), Juventude Comunista Brasileira (JCB), Federação da Juventude Comunista Brasileira (FJCB) e União da Juventude Comunista (UJC), nome que permanece até os dias de hoje.

cabiam enquanto tarefa ao Partido, gerando em alguns setores partidários crítica quanto a uma guinada eleitoreira no PCB.<sup>24</sup> Já em Maio de 1928 um “grupo de militantes tendo a frente Joaquim Barbosa (secretário Sindical do Comitê Central Executivo) publicava um panfleto criticando a política do Partido Comunista exigindo que a direção convocasse uma Conferência Nacional. Ele romperia logo depois com o partido”.<sup>25</sup> A dissidência efetuada por Joaquim Barbosa em 1928 cria uma nova organização, a Oposição Sindical.<sup>26</sup>

Diante da crise interna, que evidenciava fragilidades do Partido, e o eminente perigo de mais cisões, o PCB convoca o III Congresso Nacional para os últimos dias do ano de 1928 e início de 1929. Realizando posteriormente em mesmo local o I Congresso da Juventude Comunista que elegeu Leôncio Basbaum como seu presidente.

O III Congresso do PCB reunido em Niterói entre 29 de Dezembro de 1928 a 4 de Janeiro foi marcado por densas e extensas discussões. A situação política nacional foi caracterizada como situação de domínio imperialista, cabendo a organização do “proletariado” a tarefa de contribuir com a revolução Democrática Burguesa de caráter anti-latifúndio, tendo na questão da terra seu eixo. Era assim formulada a concepção de “revolução etapista” que acompanharia o PCB por longos anos, da qual num primeiro momento dever-se-ia liquidar o latifúndio e todo resquício semicolonial e semifeudal, possibilitando um desenvolvimento mais pleno das forças capitalistas nacionais.<sup>27</sup> Era a formulação que buscava enquadrar a economia brasileira como do tipo agrária e semicolonial, que travavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A respeito do Bloco Operário Camponês, o BOC, motivo de intensas polémicas, a resolução do Congresso não aponta nenhuma modificação. O Bloco continuava sendo perspectivado como uma frente ampla, ficando ainda proposto o encaminhamento de organizar comitês do BOC por todo o País e também no campo, dando motivo ao “C” do nome. No que tange aspectos organizativos o PCB fortalecia sua atuação no movimento Sindical, de Juventude e nas células de base.<sup>28</sup>

<sup>24</sup>SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984. p. 75

<sup>25</sup>SEGATTO, J. A. *Breve Histórico do PCB*. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1981. p.31

<sup>26</sup>ROEDAL, Hiran, (Outros). *PCB. 80 anos de Luta*. Rio de Janeiro, FDR, 2002. p.22.

<sup>27</sup>SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984. p. 79

<sup>28</sup>Ver análise das resoluções do III Congresso do PCB em SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984. p. 74 a 80.

Na análise sobre a situação do país, a caracterização de regime semicolonial e a visão etapista, em vários momentos do congresso o PCB, se limitava a repetir a resolução da Internacional Comunista, o Komintern. Além disso, o PCB passa a formular um projeto político pela primeira vez sobre a questão do campo apontando elementos para superar o problema do latifúndio, e suas consequências para a luta de classes no Brasil.

Tais formulações do PCB seriam passadas a Internacional no meado de 1929 na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina (primeiro encontro dos Partidos Comunistas da América Latina que marcaria profundamente a autonomia destes partidos em relação ao Komintern e ao próprio PCUS).

O PCB, conforme suas resoluções sobre a unidade sindical, passou a trabalhar no projeto de uma entidade sindical nacional, influenciando criação de varias entidades (federações) regionais. Traçando uma política de forte unidade operaria, e convocado para o mês de abril de 1929 um Congresso Sindical Nacional onde se fundaria a Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT, com vários sindicatos participando, num desdobramento direto da política de unidade traçada pelo PCB.<sup>29</sup>

O ano de 1929 representou avanços reais na intervenção do PCB na realidade brasileira, e na consolidação deste como representante político da classe trabalhadora do país. Neste mesmo ano são estabelecidos novos contatos com Prestes ainda no exílio. Astrojildo Pereira (Secretário Geral do PCB) viaja a Moscou com o objetivo de esclarecer aspectos da “Revolução Brasileira” ao Komintern, a nova tática do PCB e suas resoluções congressuais.

No plano internacional o Movimento Comunista Internacional estava vivendo profundas modificações, que implicariam diretamente no PCB. Era o momento da consolidação definitiva da figura de Stalin à frente da URSS e do MCI.

Com a vitória de Stalin na estrutura do PCUS e conseqüentemente na própria URSS se consolidando na segunda metade da década de 1920, Stalin passa a exercer, desde o VI Congresso do Komintern em 1928, influencia nos PCs e demais organizações alinhadas a URSS.

A linha das teses do VI Congresso do Komintern para a America Latina buscava enquadrar a realidade latina americana num esquema fechado, onde os países eram caracterizados como semicoloniais. Nesses países o caráter da revolução atuaria num primeiro momento contra os resquícios feudais, o latifúndio,

<sup>29</sup>SEGATTO, J. A. *Breve Histórico do PCB*. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1981.

e as forças ligadas ao imperialismo. Assim colocava sob a mesma tática e estratégia países com distintas realidades e possibilidades. A chamada Revolução em duas etapas ou etapista como ficaria conhecida.<sup>30</sup>

Outro aspecto desse período foi um movimento com fortes características obreristas, ou seja, a chamada proletarização dos PCs diante da luta interna travada contra um dos dirigentes da Revolução Russa, Leon Trotsky.

O PCUS iniciou uma verdadeira varredura retirando dos postos mais destacados da direção do Partido os Intelectuais e todos que, segundo eles, estivessem “sob vícios pequenos burgueses”. Era o período do chamado “combate classe contra classe”, sem diálogo com as organizações do campo social democrata. Nos PCs, essa política do PCUS influenciaria numa guinada esquerdista e sectária que conduziria a um isolamento político dos PCs.

Pela primeira vez em sua história o PCB iria sofrer uma interferência direta de Moscou. Astrojildo Pereira, até então secretário geral do PCB, que viajara para Moscou em 1929, sofre forte críticas por parte do Komintern sobre a tática adotada pelo PCB, inclusive acusando o BOC de desvio de direita e degeneração do Partido. De tal modo, se rompe à confiança do Komintern em Astrojildo Pereira como dirigente máximo do PCB.

Iniciara assim uma mudança no PCB, que marcaria profundamente o futuro desta organização, o obrerismo como prática política se fortaleceria. Como consequência das críticas de Moscou, Astrojildo Pereira é destituído do cargo de Secretário Geral.

Uma outra série de intelectuais membros da direção do PCB começam a ser substituídos por membros de origem operária. Ocorrendo também na ocasião da mudança de linha do PCB em consonância com a nova linha do Komintern o rompimento com a política frentista, o PCB passa a adotar a linha de “combate classe contra classe”, sem concessão nem aliança com setores de outras classes sem ser a operária.

No cenário político nacional, setores oligárquicos insatisfeitos com a indicação do paulista situacionista Julio Prestes a presidência desencadeiam um movimento denominado Aliança Liberal culminando com uma tomada do poder no ano de 1930, evento que apesar de sua natureza de golpe entrou para a história como a “Revolução de 30”.

---

<sup>30</sup>Sobre a resolução do VI Congresso do Komintern ver análise em: MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada, a Política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.

A Aliança Liberal era uma ampla frente com fins eleitorais criada por setores das oligarquias mineira, gaúcha e paraibana, e setores de outras oligarquias além de elementos liberais provenientes do movimento tenentista, inclusive sendo oferecido o comando militar da Aliança a Luiz Carlos Prestes, exilado na ocasião, que negou o convite. A direção política do movimento coube a Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul.

“Os comunistas mantêm-se, durante todo o período, ao largo do movimento, embora cheguem a aderir e a participar em alguns estados. Mas essa participação é reduzida, individualizada e de forma alguma determinante”.<sup>31</sup>

A Aliança Liberal ao se consolidar no poder, após o golpe de outubro de 1930, indica interventores nos Estados substituindo os governos locais por aliados. O PCB encara o novo processo político nacional como mera troca de elites por outras elites, colocando a questão como um problema burguês, aconselhando, inclusive, os trabalhadores a não participar dos acontecimentos.<sup>32</sup>

Heitor Ferreira Lima em suas memórias, ao voltar de Moscou para o Brasil em 1930, assim descreve o marasmo político vivido pelo Partido Comunista:

“Encontrei o Partido desarvorado, quase paralisado, como se estivesse acuado, numa das piores senões na pior fase de sua existência. Estava irreconhecível para quem sabia de seus êxitos anteriores, como a grande manifestação de 1º de Maio de 1929, a organização do Bloco Operário Camponês, elegendo dois intendentos (vereadores) no Rio de Janeiro, só não o fazendo em outros Estados pelo esbulho que sofreu, a criação da confederação geral do trabalho, além de outros mais. Nas de-

<sup>31</sup>VINHAS, Moises. *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo, HUCITEC, 1982. p.68

<sup>32</sup>Ver análise sobre o golpe de 1930 em: ALBUQUERQUE, Manuel Mauricio. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Graal. 1981.

mais regiões do país, com a possível exceção de São Paulo, havia marasmo, consequência dos erros cometidos pelo PCB (...).<sup>33</sup>

O PCB entrara numa situação de extremo isolamento político, sofrendo com a desorganização de suas bases e com as consequências de suas políticas sectárias. O obrerismo levaria o PCB a prejuízos ainda maiores, dentre os intelectuais afastados dos cargos mais destacados, quando não expulsos do Partido, se encontrava Leôncio Basbaum, que estava foragido no nordeste por causa da opressão desencadeada na capital contra os comunistas. Heitor Ferreira Lima, que chegou a exercer a Secretária Geral do PCB durante um curto período de tempo após sua volta de Moscou, também foi um dos afastados da direção por ser intelectual, uma depuração interna em curso, responsabilizando os intelectuais pelos “erros” e “desvios de direitas” no interior do Partido. Recaindo sobre Astrojildo Pereira as maiores críticas.

O PCB somente começaria a superar tal processo de isolamento com a mudança em sua linha política, diante da fascistização, tanto da sociedade como das instituições, diante da aproximação de Getúlio Vargas dos governos de características fascistas da Europa. O Partido passaria a atuar então na construção de uma aliança nacional libertadora, dialogando com setores mais amplos da sociedade brasileira e buscando articular um amplo movimento de massas.

RECEBIDO EM 28/11/2021

APROVADO EM 29/01/2022

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Manuel Mauricio. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Graal. 1981.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1989 a 1930 – Volume 2*. São Paulo, Alfa – Omega, 1975.

---

33 LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos (Memória de Militância)* São Paulo, Editora Brasiliense. 1982. p.139

- COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala a Colônia*. São Paulo. DIFEL, 1966
- GOMES, Angela Castro. . *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. SP, Companhia das Letras, 1997.
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- LENIN, Vladimir I. *A Falência da II Internacional*. São Paulo. Kairós, 1979.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos (Memória de Militância) São Paulo, Editora Brasiliense. 1982.*
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada, a Política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- MORAES. João Quartim e Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil. V: I – O Impacto das Revoluções*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.
- PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.
- RÉMOND, R. *Por Uma História Política 2ª edição*. RJ, FGV, 2003.
- ROEDAL, Hiran, (Outros). *PCB, 80 anos de Luta*. Rio de Janeiro, FDR, 2002.
- SEGATTO, J. A. *Breve Histórico do PCB*. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1981.
- SODRE, N.W. *Contribuição a História do PCB*. São Paulo. Global Editora, 1984.
- União da Juventude Comunista (Documento). *Resolução Política Congresso Nacional de Reorganização da UJC Junho de 2006 Belo Horizonte*. Rio de Janeiro. FDR, 2007
- VINHAS, Moises. *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo, HUCITEC, 1982.